





CÂMARA DOS DEPUTADOS

prefeituras e de empreiteiras aplicam produtos potencialmente perigosos para a saúde humana sem nenhuma proteção individual, como máscaras, óculos e roupas impermeáveis.

Os herbicidas, como o Glifosato, são aplicados indiscriminadamente em praças, parques, calçadas e nas proximidades de escolas, sem cuidados mínimos para que a ação do vento não provoque o contato dos mesmos com pessoas e animais. Infelizmente não há, entre a maioria da população, a percepção do risco a que está exposta. As pessoas estão imbuídas de que estas substâncias não fazem mal à saúde.

Os herbicidas, utilizados na agricultura, só podem ser empregados de acordo com normas rigorosas, como prazos mínimos entre as aplicações e o consumo dos produtos agrícolas das áreas em que foram aplicados. Apesar de estudos afirmarem que eles são pouco tóxicos aos mamíferos, sob o ponto de vista de intoxicações agudas, não existem avaliações de seus efeitos a médio e longo prazos, havendo suspeitas, inclusive, de que possam ser cancerígenos.

Outro efeito indesejável da aplicação de herbicidas em áreas urbanas é que eles são, em boa parte, carregados para os cursos d'água, por meio das galerias de drenagem das águas de chuvas. Nos corpos d'água, destroem algas e outros microrganismos vegetais, inviabilizando a sobrevivência da fauna aquática.

Além dos inconvenientes à saúde pública e ao meio ambiente, a capina química traz outros inconvenientes, estes sob o ponto de vista da administração pública e do emprego. Não basta, nas vias públicas, simplesmente "matar o mato". É necessário removê-lo, pois, caso contrário, servirá ele de abrigo para insetos e roedores nocivos. Para que a limpeza pública seja eficaz, com a capina química fazem-se necessários dois trabalhos: a aplicação do herbicida e a posterior remoção do mato seco, numa evidente duplicação de esforços e de custos. Com a capina química, dispensa-se mão-de-obra não especializada, reduzindo a oferta de empregos, atitude no mínimo incoerente com a realidade de nosso País.

Nossa proposta de proibir a capina química envolve outro componente igualmente importante, que é a mudança conceitual do que significa limpeza e higiene. Devemos mostrar, para o bem de nosso futuro, que o ser humano não precisa esterilizar o ambiente para torná-lo salubre. Não necessitamos trocar procedimentos e

REPRODUÇÃO DE TEXTO  
PROIBIDA SEM A PERMISSÃO  
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
BRASÍLIA, 15 DE JUNHO DE 2000

1 CEB4E3B33



CÂMARA DOS DEPUTADOS

produtos tradicionais e baratos, como a água limpa, o sabão e a capina tradicional por substâncias químicas de efeitos duvidosos, para mantermos boas condições sanitárias no ambiente em que vivemos.

O outro ponto de nossa proposta é a proibição total da utilização de agrotóxicos em áreas de proteção de mananciais. As razões relativas à saúde pública e ao meio ambiente são as mesmas: resíduos desses produtos químicos acabam sendo carreados para os copos d'água e ingeridos pelas pessoas e pelos animais e absorvidos pelos vegetais, com danos imprevisíveis a seus organismos.

A proteção do meio ambiente, eliminando toda e qualquer possibilidade de contaminação de recursos naturais fundamentais à vida, como o ar e a água, é crucial para a própria existência da humanidade e do ambiente com qual interage e do qual depende, daí contarmos com o apoio dos ilustres Pares desta Casa para o aperfeiçoamento e aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em                    de                    de 2002.

13/03/02

Deputado Dr. Rosinha



1CEB4E3B33